



EDIÇÃO ESPECIAL

AGRONEGÓCIOS

Jornal do Sudoeste

AGOSTO DE 2019

"Cafeicultores estão sendo vítimas de seu sucesso, produzindo mais e vendendo por menos", diz produtor

página 2

Presidente da Cooxupé admite que estoque oficial de café é "zero", e preços vão reagir

página 6

Prorrogação de dívidas de cafeicultores e Pepro serão tratados com ministra nesta terça

página 4

"Cafeicultores estão sendo vítimas de seu sucesso, produzindo mais e vendendo por menos", diz produtor

O manifesto realizado em Cabo Verde segunda (12/8), "Movimento Regional Para Salvar a Cafeicultura, conforme definiu o produtor Júnior Vilela "é um pedido de socorro, não é um protesto contra esse novo governo". Disse que sua família há mais de um século está no negócio café, sendo apaixonados pelo que fazem.

Vilela comentou sobre o cenário macroeconômico, o custo Brasil, salientando que, "além do dever de casa, com muito esforço cafeicultores melhoraram a gestão a produtividade e a qualidade dos cafés, com esforço e maestria", mas "infelizmente estão sendo vítimas de nosso sucesso, produzindo mais, e tendo que vender por menos".

Chegou um ponto que não dá mais, ao lembrar que "as grandes propriedades estão acabando, isto é ruim para as famílias e também para trabalhadores". Este movimento precisa ser aprofundado e sair das propriedades e ir para mesas de estudo para mudar este cenário, afirmou Júnior Vilela.

Para prefeito de Itamogi, Ronaldo Pereira Dias que também é cafeicultor a manifestação em Cabo Verde foi muito importante para a cafeicultura e para gestores municipais. "A economia de Itamogi gira em torno do café, e infelizmente o sufoco está aumentando cada vez mais. O comércio hoje sofre reflexo das perdas que atingem os produtores. Precisamos que esta informação chegue à ministra da Agricultura, ao presidente Bolsonaro. Não apenas a agricultura está sacrificada, é uma corrente. No dia a dia recebo na prefeitura muitas pessoas, e tenho constatado que, com o desemprego cada vez maior tem faltado dinheiro para que paguem água, luz, aluguel, não tem de onde sair".



Nelson P. Duarte

TRABALHADORES

Reginaldo Roberto da Silva é presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Cabo Verde. Ele se diz preocupado com a atual conjuntura da cafeicultura motivado pelos baixos preços. "A situação está difícil para produtores, e automaticamente para nós trabalhadores rurais e assalariados. A gente acredita que esse movimento irá chamar a atenção de autoridades, para que reavaliem e procurem novas perspectivas para o mercado do café".

Reginaldo pondera que "se cai a renda do produtor, também cai a do trabalhador rural. Em comparação com anos anteriores conforme levantamento que temos feito, o número de pessoas que vinham para a colheita chegava a qua-

se oito mil e, nesse ano não passou de mil. A crise chegou mesmo e o desemprego acarretou muito mais forte, o que nos deixa preocupado, não somente pela economia local, mas pelos migrantes que vinham de outras regiões do Estado e até mesmo do país".

Se diminuiu o número de apanhadores na atual safra, conforme enfatiza Reginaldo, a média de salários recebidos por trabalhadores também caiu drasticamente. Em outras colheitas havia trabalhador que recebia entre R\$ 200 a R\$ 250 por dia, enquanto em 2019 ficou entre R\$ 80 a R\$ 100, informa o sindicalista.

Pegando-se pela forma padrão, para se produzir uma saca de café o produtor terá um custo em torno de R\$ 390, a R\$ 400, o valor de comercialização deveria estar no mínimo em R\$ 600, para que o produtor possa tomar fôlego e tra-

balhadores também terem renda, conclui Reginaldo. O presidente do Sindicato dos Produtores de Cabo Verde, Jerônimo Giacchetta, foi um dos que discursaram na praça central de Cabo Verde para um grande número de cafeicultores, representantes classistas ligados à cafeicultura, presidentes de cooperativas. O evento contou com a participação de expressivo número de prefeitos e vereadores.

Giacchetta que diretor da FIEMG, falou sobre a atuação do sindicato que preside, e destacou a necessária prorrogação de prazos em financiamentos de produtores junto à entidades financeiras. Com conhecimento de causa afirmou que o alongamento das dívidas seria possível, pois é preconizado contratualmente, no caso, justificado pelos baixos preços de mercado que têm sido praticados.

Alguns produtores se manifestaram no evento, assegurando que seus custos de produção estão acima de R\$ 410, acima do preço de comercialização nos últimos dias. Ainda falando sobre custos, no evento foi ventilado que estudos do setor especializado da Universidade Federal de Lavras - UFLA -, apontam que o custo de produção de uma saca de café arábica supera a casa dos quinhentos reais.

O deputado Antonio Carlos Arantes, primeiro presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais não pôde comparecer ao evento, mas posicionou-se solidário ao Movimento, como parlamentar e produtor de café. Disse ser sabedor das dificuldades enfrentadas pelo setor. Defendeu a necessidade da classe produtora estar unida com países produtores e que tome as rédeas dos negócios, "pelo valor do nosso preço de mercado".

VARTEC

CONEXÕES, MANGUEIRAS HIDRÁULICAS E HIDROLAVADORAS

Desde
1978

Assistência autorizada:

VARTEC A Casa das Mangueiras
Conexões & Mangueiras Hidráulicas
1035
3531-4615

Avenida Wenceslau Brás, 1035
São Sebastião do Paraíso/MG

vartec@bol.com.br

Fone: (35)
3531-4615



COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DA REGIÃO
SUDOESTE MINEIRA E ALTA MOGIANA LTDA

Uma Cooperativa mais perto do Produtor Rural



A Cooperlam visa a integração entre o homem do campo e o acesso a recursos como insumos, mão de obra e negociação com compradores.

Seja um Cooperado



(35) 9.8863-8271



www.cooperlam.com.br



@cooperlamssp



(35) 3531-7115

Rua José Mambrini - 620, Vila Helena
São Seb. do Paraíso - MG CEP: 37950-000

Prorrogação de dívidas de cafeicultores e Pepro serão tratados com ministra nesta terça

Reunião agendada para o início da semana (terça, dia 20) entre lideranças representativas do setor produtivo da cafeicultura, e a ministra da Agricultura, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, é aguardada com expectativa, pois poderá influenciar os rumos a serem tomados, dentro e além de porteiros de lavouras cafeeiras, ou seja, do plantio à comercialização.

Municiados com pauta de reivindicações, documento elaborado conjuntamente com base no Movimento Regional Para Salvar a Cafeicultura, segunda-feira (12/8) em Cabo Verde, Sul das Minas Gerais, repercutindo também manifestações realizadas na região do Cerrado Mineiro, e em Linhares, no Estado do Espírito Santo, os deputados Emidinho Madeira e Evair de Melo, membros da Frente Parlamentar da Agricultura, e o presidente da Comissão de Café, na Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Breno Mesquita, estiveram em dois ministérios para tratar da situação de "penúria" vivida por produtores.

"Tivemos reunião muito boa", disse Emidinho Madeira sobre a ida ao Ministério da Economia, dois dias depois de estar em Cabo Verde, sem no entanto, detalhar. A expectativa agora se concentra para a audiência desta terça-feira (20/8), às 19h com a ministra Tereza Cristina. Além de representantes de órgãos ligados aos cafeicultores, a reunião, segundo Emidinho, tem a presença confirmada dos três senadores mineiros, Rodrigo Pacheco, Antônio Anastasia e Carlos Viana, além de deputados que compõem a Frente Parlamentar e da bancada mineira, o que significa



Nelson P. Duarte

expressivo apoio no campo político.

Em linhas gerais, o "Movimento Regional Para Salvar a Cafeicultura", iniciativa de um Grupo de Cafeicultores Independentes de Cabo Verde, composto por aproximadamente quinze produtores, no manifesto realizado no dia 12 foram priorizados três reivindicações a serem encaminhadas ao Governo Federal, ou seja, a prorrogação de dívidas, a criação de mecanismo para conter os baixos preços de comercialização, e o zoneamento das regiões produtoras de cafés no país, levando-se em conta que cada uma tem sua realidade.

O alongamento de dívidas foi tema na semana passada (8/8), entre representantes do Ministério da Economia, da Agricultura, do Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco Central e Bancoob, e certamente volta à tona na próxima terça-feira na reunião com a ministra Tereza Cristina. Conforme ficou definido, as mencionadas instituições por suas sedes em Brasília se

encarregariam de orientar suas superintendências regionais, sobre prorrogações e renegociações de dívidas de cafeicultores.

A prorrogação é prevista no Manual de Crédito em casos específicos, como perdas na produção motivadas por fatores climáticos, por exemplo geada, falta de chuva, dentre outros, e contém, de igual maneira, também perdas por baixos preços de comercialização, caso que se aplica atualmente. A prorrogação deve ser feita antes do vencimento do contrato, sendo mantida a taxa inicial contratada. Dependerá de laudo técnico a ser anexado à nova proposta, podendo a prorrogação ter prazo de até cinco anos, com dois anos de carência.

Um segundo ponto seria a renegociação de dívida para quem não se encaixa no manual de crédito, e quer fazer renegociação de dívida. O prazo poderá ser de quatro ou até 12 anos, dependendo de análise, mas com juros mais sal-

gados que podem ficar entre 11 a 12 por cento ao ano. Poderá também haver variação em relação ao Bancob que repassa recursos do BNDES. São orientações iniciais, a serem definidas neste início de semana.

No tocante aos baixos preços do café, conforme já foi adiantado aos produtores no encontro em Cabo Verde, o governo poderá utilizar de mecanismo conhecido como Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro). Conforme informa o deputado Emidinho Madeira, o ministro Paulo Guedes, da Economia, mostrou-se sensível a atender esta reivindicação, para a qual se espera o reforço vindo da ministra Tereza Cristina. Segundo cálculos, para esta finalidade serão necessários recursos na ordem de R\$ 500 milhões.

O PEPRO é uma complementação feita por órgão do governo, por exemplo a CONAB, ao adquirir produtos em leilões. No caso do café é que tem sido chamada de "Pepro invertida". Originalmente a Pepro é um complemento para se chegar a um patamar de preço. Quanto ao café arábica a proposta é que a saca atingindo R\$ 420, será "disparado um gatilho", vista como uma premiação pela qualidade, e o produtor terá direito a mais R\$ 50, por saca, até um limite máximo de até 300 sacas por produtor, ou CPF, como tem sido dito. Dependerá do aval do ministro Paulo Guedes.

Das três prioridades elencadas no Movimento Regional Para Salvar a Cafeicultura, ficará para uma próxima etapa a ser levada ao governo, a reivindicação de zoneamento de áreas cafeeiras, por não ser vista como "emergencial".

Viveiro de Mudanças Boa Vista

Mudas de Café de Qualidade!

- Sementes Certificadas
- Mudanças Padronizadas
- Entregamos na sua propriedade
- Mudanças com ótimo rendimento
- Atendemos S. S. Paraíso e Região



Fone: (35) 9 9761-0101 (Ney)

**Rod. 491, KM 5 - Saída para Monte Santo de Minas
São Seb. do Paraíso - MG CEP:37950-000**

Presidente da Cooxupé admite que estoque oficial de café é "zero", e preços vão reagir

O presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé - Cooxupé -, Carlos Augusto Rodrigues de Melo, esteve em Cabo Verde no evento promovido pelo Grupo de Cafeicultores Independentes. Disse que essa iniciativa dá embasamento para iniciativas, buscam dados, dão embasamento para reivindicações de lideranças junto ao governo. Em momentos como este, de mercado de café muito baixo, é necessária a mobilização da classe, e esse movimento aqui em Cabo Verde e em Linhares, no Espírito Santo, faz sentido, nos ajuda a dar continuidade em nossos pleitos junto às esferas governamentais, disse o presidente da Cooxupé.

Carlos Augusto disse acreditar estarem a caminho ações de governo que proporcionem melhoria e alento para o mercado de café. "Não condiz vendermos café a R\$ 400, isso de maneira nenhuma, visto que o custo está acima desse valor, porém não podemos pedir absurdo, café a mais de R\$ 1 mil a saca, pois é fora da realidade. Temos que vender acima de R\$ 500 que acredito ser aceito pelo mercado, pelo consumidor".

O presidente da Cooxupé enfatiza que preço de mercado do café, quem dita, apesar de muitos pensarem que são lideranças, cooperativas, é regido pelos fundos de investimento. "Somos uma gota d'água no oceano dentro do mercado de café".

Carlos Augusto observa que



Nelson P. Duarte

a safra que está sendo concluída é menor que a passada, e a futura não é de maneira nenhuma por conta de clima e outros fatores, o que está sendo prevista. Na próxima terça-feira, dia 20, a Cooxupé irá realizar em seu anfiteatro através de técnicos uma exposição quanto à fisiologia das plantas, relacionando com perspectivas da próxima safra.

"Sou otimista e acredito que o mercado vai reagir. Infelizmente demanda tempo, o tempo não espera e o cafeicultor tem suas necessidades". Quanto a posição defendida por cafeicultores colombianos de não terem seus produtos atrelados à Bolsa de Nova York, o presidente da Cooxupé entende ser "muito complexo, pois quem

determina isto são fundos, mas, enfim é uma proposta", disse.

Questionado se uma possível retenção de estoques com a utilização de mecanismos pelo governo, para que produtores não precisassem se desfazer de seus produtos poderia ser uma saída, Carlos Augusto afirmou que sim. "Num passado recente tivemos um mercado de opção de café quando foram compradas três milhões de sacas. E naquele momento deu muito certo, funcionou bem".

"Hoje algo positivo a favor dos produtores é que não existem estoques oficiais, é zero. E aí mais uma vez digo ser questão de tempo, o mercado vai ter que reagir, não tem o café que falam. O Brasil precisa produzir 60 milhões de sacas anualmen-

te, para suprir o mercado, porque exportamos 40 milhões, e consumimos mais de 20 milhões, então é necessidade premente, natural. Neste ano serão colhidas perto de 50 milhões de sacas, o ano passado

falam que foram 62 milhões. Então não dá a média anual. Estou muito credo que os preços reagirão", prevê o presidente da Cooxupé.

E quando se fala em previsão de safras, Carlos Augusto entende que registros da CONAB têm ficado bem próximo da realidade, o que lhe dá mais credibilidade, mas precisa melhorar muito. Temos que acreditar nisso e ter um órgão oficial só para reger e ditar o levantamento de safras, conclui o presidente da Cooxupé.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AGROMAR

- TRINCHA PESADA PARA TRITURAR PÉ DE CAFÉ
- ESQUELETADEIRA E DECOTADEIRA DE CAFÉ
- PLANTIO E BATEDOR COVA DE CAFÉ



ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM COLHEDEIRAS DE CAFÉ



TRABALHAMOS COM TODA LINHA PARA:

ARMAZÉNS GERAIS, TRATORES, IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, COLHEDORAS DE CAFÉ, SECADORES, LAVADORES, DESPOLDADORES E VARREDEIRAS DE CAFÉ.

CONSULTE NOSSOS PREÇOS EM IMPLEMENTOS



ROLAMENTOS, CORREIAS, MANCAIS, ÓLEOS, GRAXAS, CANECAS, VARETAS, POLIAS, LONAS, ENGRENAGENS, CORRENTES E VAZADEIRAS.

AV. BRASIL, 718 - VILA HELENA - SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG - CONTATO: 35 3531-7903 - 99878-1770

CNC trabalha para recriação do CDPC junto à Presidência

Na sexta-feira (09), o presidente do Conselho Nacional do Café (CNC), Silas Brasileiro, reuniu-se com a Secretária Especial Adjunta de Articulação Social da Presidência da República, Elen Mesquita, e o diretor do Departamento de Relações com Organizações Não-Governamentais da Pasta, Miguel Franco, no Palácio do Planalto, em Brasília (DF), para estender os trabalhos que a entidade vem desenvolvendo para a recriação do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC).

O fórum foi extinto pelo Decreto n.º 9.759, de 11 de abril de 2019, que foi publicado pela Presidência da República com o objetivo de extinguir e estabelecer diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. “Sabemos que o governo federal adotou essa medida para eliminar, de fato, os colegiados inoperantes e onerosos, o que não é o caso do CDPC”, explica o presidente.

Desde então, o CNC tem pautado esforços junto ao governo federal para a manutenção dos trabalhos e da composição atual do CDPC, que é um colegiado deliberativo e que tem como principal função ser responsável pela gestão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

“O CDPC, criado em 1996, veio preencher a lacuna deixada na gestão da política cafeeira com a extinção do Instituto Brasileiro do Café, em 1990. O desenho da estrutura deste colegiado garante ampla representação dos setores responsáveis pela condução e execução da política cafeeira, permitindo o justo equilíbrio entre os interesses dos diferentes elos da cadeia café e unindo o setor público e privado nas decisões”, argumenta Brasileiro.

Na audiência, o presidente do CNC também expôs a deliberação que o Conselho possui sobre o orçamento anual do setor cafeeiro, destacando que o Funcafé, criado em 1986 a partir de recursos dos próprios cafeicultores, conta com aproximadamente R\$ 6 bilhões atualmente, os quais são imprescindíveis para ordenar a oferta brasileira.

“Ressaltamos que esse montante de recursos não é proveniente das receitas anuais da União, mas sim de contribuição (hoje extinta) que foi imposta



Conselho evidenciou junto à Secretaria Especial de Articulação Social a importância do fórum na deliberação dos recursos do Funcafé

sobre as exportações de café entre 1986 e 2005. Dentre os principais resultados gerados pelo CDPC nos últimos anos, destaca-se a disponibilização de orçamentos recordes para o financiamento da cadeia produtiva do café, garantindo aplicação direcionada às necessidades que variam a cada safra, de acordo com os cenários climáticos e mercadológicos”, explica.

Silas Brasileiro anota, ainda, que, mesmo no período recente, em que as finanças públicas no Brasil se deterioraram, a gestão público-privada eficiente do Funcafé pelo CDPC, que é presidido pelo Ministério da Agricultura, garantiu orçamentos crescentes disponibilizados ao setor produtivo, respeitando suas necessidades mais prementes.

De acordo com o presidente do CNC, os trabalhos do colegiado também são essenciais para ampliar o desenvolvimento e a competitividade da cafeicultura nacional, já que o CDPC delibera sobre a destinação de recursos do Fundo para o financiamento da pesquisa cafeeira, planejando e garantindo que os projetos estejam orientados às necessidades do setor privado, como redução de custos de produção

e aumento da qualidade e da sustentabilidade dos cafés do Brasil.

Brasileiro adverte que a existência do CDPC, sem alterações em sua composição, é fundamental para garantir a preservação do Funcafé, evitando que seus recursos sejam utilizados para fins político-partidários ou para beneficiar determinada região produtora em detrimento de outras.

“Como o Funcafé não possui realimentação, pois a contribuição que lhe deu origem foi extinta, sua gestão precisa continuar sendo responsável, respeitando as finalidades dispostas no Decreto 94.874, de setembro de 1987. Caso contrário, seus recursos podem se exaurir, inviabilizando seu uso pelas gerações futuras de cafeicultores”, alerta.

O CDPC é composto pela iniciativa privada da cafeicultura, através de seus representantes oficiais, como o CNC, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic), a Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (Abics) e o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), e pelo governo federal.

Segundo Brasileiro, o CDPC não

onera os cofres da União, pois os representantes dos Ministérios da Agricultura, da Economia e das Relações Exteriores já estão em Brasília, não havendo despesas com passagens e deslocamentos para participação nas reuniões do Conselho. “Os representantes do setor privado arcam com suas despesas de participação nas reuniões do CDPC, também não representando gastos para o setor público. Além disso, o trabalho dos conselheiros não é e nunca foi remunerado”, completa.

O presidente do CNC reafirma que a existência do CDPC, mantidas suas estrutura e linha de trabalhos, é fundamental para dar suporte a cafeicultura brasileira, que tem extrema importância social.

“Dos 308 mil cafeicultores, 85% são de pequeno porte. A atividade gera de US\$ 5 bilhões a US\$ 7 bilhões em vendas externas, 8,4 milhões de postos de trabalho no Brasil e de R\$ 22 bilhões a R\$ 27 bilhões de renda no campo, fazendo girar as economias de 1.758 municípios cafeeiros, com grande impacto positivo no Índice de Desenvolvimento Humano das regiões produtoras”, conclui.

Fonte: Conselho Nacional do Café

Reprodução

SEGURO AGRÍCOLA

GARANTIA DE MANUTENÇÃO PARA SEUS NEGÓCIOS NO CAMPO



Um horizonte de proteção, com oportunidades do tamanho do agronegócio brasileiro.

É a melhor opção para proteger o capital empregado na lavoura. Com ele, o produtor rural garante sua estabilidade, proporcionando segurança para as cooperativas de produtores, revendas de insumos, instituições financeiras e fundos de investimento.

Por que Contratar?

- Proteção do capital empregado na lavoura
- Tranquilidade para os agentes financeiros na concessão do crédito rural
- Estabilidade financeira do produtor rural durante safras de fenômenos climáticos adversos
 - Ampla cobertura em diversas culturas
 - Opção de contratação das coberturas de forma conjunta ou isolada
 - Inspeção de risco sem custo para o produtor rural
 - Facilidade e agilidade no momento da contratação do seguro
 - Os produtores podem se beneficiar dos descontos referentes à Subvenção Estadual nos Estados participantes
 - Taxação específica por cultura e município
 - Flexibilidade de opções de Níveis de coberturas no momento da contratação

Coberturas e Garantias

- Incêndio e Raio
- Tromba d'água

- Chuva excessiva
- Geadas
- Granizo
- Ventos Fortes
- Variação Excessiva de Temperatura
- Seca
- Inundação
- Ventos Frios
- Não-germinação / Não-emergência

CONSULTE-NOS TAMBÉM

Equipamentos Agro

- Realização de cotações de forma simples e rápida.
- Desconto de bonificação considerando o tempo de experiência de Seguro.
- Além disso, desconto por quantidade de equipamentos.
- Redução do custo do Seguro pela ampliação do valor mínimo da franquia.
 - Parcelamento em até 10x, com a opção de isenção de juros em até 4x

Como Contratar?

Entre em contato que agendamos uma visita em sua propriedade e realizamos uma consultoria especialmente para sua necessidade de proteção.

ÁGUA CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA

Av. Oliveira Rezende, 1397 B (Em frente Associação Comercial)

Telefones: (35) 3531-4046 (35) 3531-1603

Whatsapp: (35) 98466-5766 (35) 98468-8735

e-mail: atendimento@aguaseguros.com.br

EMATER promove curso de produção orgânica de LEITE em PRATÁPOLIS

Reprodução



Curso de produção orgânica de leite foi realizado pela EMATER nos dias 13 e 14 deste mês, voltado para extensionistas e produtores e produtoras rurais. A demanda por produtos orgânicos tem crescido bastante na região do Sudoeste de Minas. O curso aconteceu na Comunidade de Pontal, e teve a participação de 48 agricultores e agricultoras dos municípios de Pratápolis, Passos, Cássia, Capetinga e Claraval.

Consumidores estão à procura de alimentos que promovam melhoria da saúde e da qualidade de vida. No setor de produtos lácteos não é diferente e produtores de leite demonstraram interesse em entrar para esse nicho de mercado, tanto para oferecer produtos saudáveis como para agregar valor à matéria prima. Esse interes-

se motivou a EMATER promover a realização do curso de produção de leite orgânico.

O coordenador técnico estadual da EMATER, Fernando Tinoco, abordou assuntos relacionados ao manejo de solo, pastejo rotacionado, com ênfase no “Sistema Voisin” e controle de ecto e endoparasitas. Produtores de leite orgânico participaram socializando com os participantes suas experiências de produção e sobre o mercado. Outro tema abordado foi o uso da homeopatia animal. Como há interesse em certificação, a Emater discorreu sobre a legislação de produção orgânica e processos de certificação.

Todo esse movimento iniciou-se com a criação do SPG Cooperval, Sistema Participativo da Garantia da Qualidade Orgânica, ligado a

Cooperativa de Agricultoras e Agricultores Familiares de Claraval e Região. Esse modelo de certificação está previsto na Lei 10.831/2003, que regulamenta a produção orgânica no País. A realização de reuniões para a consolidação do SPG chamou a atenção de produtores de leite da região.

A criação do SPG foi motivada pelo envolvimento de agricultores, que perceberam ser esta uma forma de ofertar produtos de qualidade e trocar experiências e conhecimentos.

O SPG Cooperval até o momento abrange os municípios de Delfinópolis, Capetinga, Cássia, Pratápolis, Passos, Capitólio, São João Batista do Glória e Claraval e ainda outros municípios na divisa do Estado de Minas com São Paulo e encontra-se em processo de regu-

larização junto ao Ministério da Agricultura.

Segundo Leonardo Bicego, extensionista da EMATER em Pratápolis, o curso de produção orgânica de leite foi o primeiro passo para a adesão de produtores no processo de conversão da produção convencional para a orgânica. Segundo ele, o mercado de leite orgânico está aberto e é uma oportunidade para os produtores ofertarem produtos de qualidade com valor agregado.

Fábio Firmo, gerente Regional da EMATER em Passos disse ainda que a extensão rural estará sempre presente para atender a demanda dos agricultores no sentido de melhorar a qualidade de vida das famílias rurais.

(por Alice Soares, Coordenadora Técnica Regional UREGI Passos)

Senado aprova Política Nacional de Incentivo ao Café de Qualidade

Representantes de estados produtores de café, Rose de Freitas e Antonio Anastasia defenderam o projeto no Plenário

O Senado aprovou nesta terça-feira (13) um projeto que institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade. O PLC 41/2017 busca elevar o padrão de qualidade do café brasileiro por meio do estímulo à produção, industrialização e comercialização de cafés de categorias superiores. O texto retornará para análise da Câmara dos Deputados.

Proposta pelo deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), a política de incentivo prevê crédito rural para produção, industrialização e comercialização, além de pesquisa agrícola e de desenvolvimento tecnológico, assistência técnica e extensão rural. O texto também trata de seguro rural e certificações de origem, social e de qualidade dos produtos.

Representante do estado que mais produz café no país, Antonio Anastasia (PSDB-MG) afirmou que melhorar a qualidade do café pode dar mais valor à produção. Já Rose de Freitas (Podemos-ES) deu o exemplo do Espírito Santo, segundo maior produtor do Brasil.

- A instituição de uma política semelhante no Espírito Santo melhorou muito a qualidade do café no meu estado. Todo mundo via café de uma forma generalizada, uniforme, e quem produzia café com técnicas diferenciadas para que pudesse competir no mercado do café de qualidade não tinha esse reconhecimento. Essa política é o verdadeiro incentivo à produção do café - disse a senadora.

Capacitação e cooperativismo

A Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade também contempla a capacitação gerencial e a formação de mão de obra qualificada; o associativismo, cooperativismo e arranjos produtivos locais; e a instituição de fóruns, câmaras e conselhos setoriais, públicos e privados.

Outras ações que deverão ser implementadas na execução da política são o estabelecimento de parcerias com entidades públicas e privadas, o apoio ao comércio interno e externo de cafés especiais e de qualidade e a adoção de ações sanitárias e fitossanitárias.

MUDANÇAS

No Senado, o projeto foi analisado pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Agricultura

e Reforma Agrária (CRA). Na última, sofreu alteração proposta pelo relator, senador Paulo Rocha (PT-PA). Ele retirou a parte que autorizava o beneficiamento e a comercialização apenas das variedades conhecidas como robusta ou conilon.

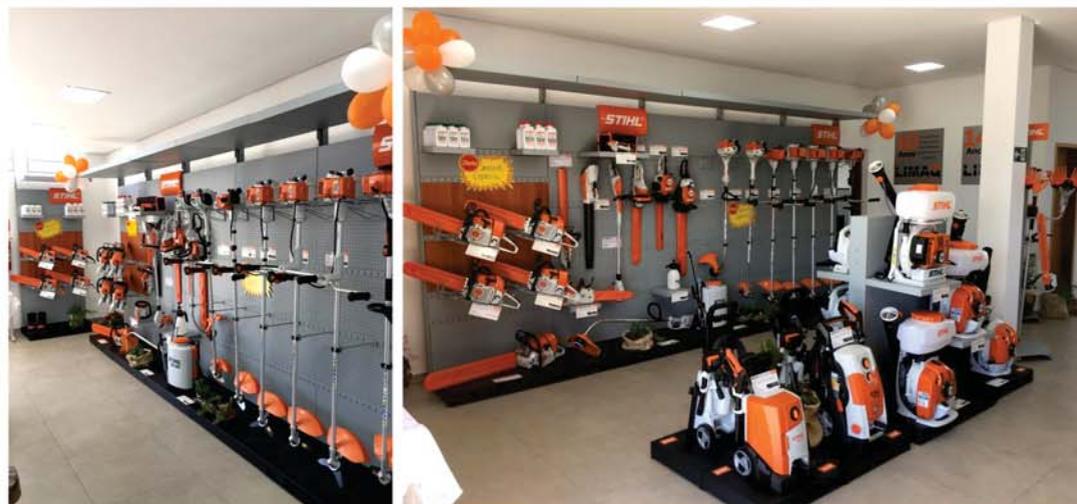
Para o senador, apesar de essas variedades serem as únicas comercialmente relevantes da espécie *Coffea canephora*, a futura lei, ao limitar o alcance da política, estaria desestimulando o desenvolvimento de melhoramento genético para a obtenção de novas variedades ou cultivares dessa espécie com características mais propícias à obtenção de um café de qualidade. O texto também sofreu alterações de redação.

(produzida por Agência Senado)

NOVA LOJA LIMAQ CONCESSIONÁRIA STIHL®

LIMAQ

CONCESSIONÁRIA STIHL®



Roçadeiras - Pulverizadores - Sopradores - Derriçadores

(35) 3531-2898

(35) 98836-2898 

limaq.vendas@hotmail.com



Av. Zezé Amaral, 993 - Parque das Andorinhas São Sebastião do Paraíso - MG

PROCAFÉ: Ataque mais severo de lagartas facilita entrada de Phoma em folhas de cafeeiros

Nos últimos anos o ataque de lagartas em folhas de cafeeiros tem se agravado e, com isso, fica facilitada a entrada de patógenos, como o fungo da Phoma, nos ferimentos causados por essas lagartas.

Diversas lagartas atacam e se alimentam de folhas de cafeeiros, provocando furos e dilacerações no limbo foliar. Dentre os diferentes tipos de lagartas tem se destacado o ataque da 'Mede Palmo' ou medideira, nome dado pelo hábito de andar alongando-se e logo apoiando-se, como se estivesse medindo algo.

Essas lagartas pertencem ao gênero Oxidia, sendo de diferentes espécies, normalmente sendo de cor escura e de hábito mais noturno. Assim, raramente são vistas sobre a folhagem, observando-se somente seus estragos nas folhas.

Sabe-se que muitos patógenos, como a bactéria do gênero Pseudomonas e os fungos Colletotrichum e Phoma/Ascochyta se aproveitam de ferimentos nas folhas do cafeeiro, como

porta de entrada nos tecidos lesionados, seja por efeito mecânico, como por chuva de granizo ou por colhedeira, seja por insetos, como é o caso das lagartas.

Temos observado, nesses últimos meses, conforme fotos ilustrativas, estreita relação entre furos e dilacerações, por ataque de lagartas e desenvolvimento de lesões por Phoma/Ascochyta em cafeeiros nas regiões de montanha do Espírito Santo.

Os ataques de lagartas do gênero Oxidia estão mais severos e espalhados neste ano, talvez por algum desequilíbrio de inimigos naturais da praga. Assim, é preciso prestar mais atenção a este ataque, pelo seu efeito direto, reduzindo a área foliar, e pela ação indireta, provocando ferimentos, facilitando o ataque de patógenos.

Indica-se, em casos de regiões mais frias e úmidas, sujeitas ao ataque de patógenos prejudiciais ao cafeeiro, associar inseticidas/lagartocidas aos fungicidas específicos usados no controle desses patógenos, aproveitando-



Reprodução

Início de lesão por Phoma/Ascochyta (assinalda) a partir de ferimento por lagarta (esquerda) e lesão do fungo já desenvolvida ao redor dos furos pela lagarta

se e otimizando custos, através do uso de produtos inseticidas também controladores de outras pragas do cafeeiro.

J.B. Matiello, S.R. Almeida e L. Bartelega – Engs agrs Fundação

Procafé, C. Krohling - Eng Agr Consultor e J. Stockl, F. Stockl e Elizeu J. Hoffman – Técnicos Fdas Stockl, Mal Floriano-ES

Fonte: Procafé/Notícias Agrícolas

Agroservice

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E
LOCAÇÕES DE TRATORES E MÁQUINAS**

PRODUTOR



**FAZEMOS
PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS
E LOCAÇÕES
DE TRATORES,
MÁQUINAS
AGRÍCOLAS,
MUNK, PRANCHA,
TRINCHA,
TRITURADOR
FLORESTAL,
ROÇADEIRA E
ESQUELETADEIRA**



(35) 3531-0353
(35) 99823-9119



AV. ITÁLIA, 880 - JARDIM EUROPA - SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG

Mauro Mendes assina decreto que isenta ICMS dos produtores de café em MT

Setor produtivo do café em Mato Grosso é beneficiado com decreto que isenta o ICMS

Por Wellington Sabino/Agora Mato Grosso

O governador Mauro Mendes (DEM) assinou nesta quinta-feira (15), um decreto para beneficiar a cadeia produtiva de café em Mato Grosso. Com isso, produtores locais ficarão isentos do pagamento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para vender a produção para as indústrias do próprio Estado.

Conforme o governador, essa medida vai afetar positivamente

todo o setor produtivo do café com o diferimento no ICMS. “Estamos diferindo o ICMS do produtor que sai com o café produzido em Mato Grosso para as indústrias no Estado. Ou seja, esse produtor não vai pagar ICMS”, destacou Mendes.

Após assinar o decreto, o governador gravou um vídeo ao lado dos dos secretários de Estado, Silvano Amaral (Agricultura Familiar), Rogério Gallo (Fazenda) e Mauro Carvalho (Casa Civil) e divulgou em suas redes sociais.

O decreto será publicado no Diário Oficial do Estado para entrar em vigor nos próximos dias. De acordo com o governador, a ideia é que isso possa estimular cada vez mais essa importante cadeia, cujas expectativas são de crescimento acentuado no Estado nos próximos anos. “É mais uma ação do Governo para desburocratizar, para simplificar e ajudar os nossos produtores de café para crescer muito no Estado de Mato Grosso”, ressaltou o chefe do Executivo Estadual.

Nos últimos anos o Estado vem se destacando na produção de café tendo a cidade de Colniza como a “capital do café no Estado”. Conforme dados divulgados em agosto do ano passado pelo Ministério da Agricultura, Colniza era responsável por mais de 51% da produção em Mato Grosso. A cidade já contava com mais de 10 mil hectares de café de qualidade, plantado numa região de solo e clima favoráveis sendo considerada referência para os demais municípios.



TEIA AGRÍCOLA

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO

O que há de melhor para quem quer plantar e colher qualidade.



- FERTILIZANTES
- ADUBOS FOLIARES
- DEFENSIVOS
- CORRETIVOS DE SOLO
- MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS
- IMPLEMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS



Av. Clemente Santana , 965 - Tel.: 35 3535 1556

São Tomás de Aquino - MG - E-mail: teiaagricola@teiaagricola.com.br

Inscrições para Concurso de Qualidade dos Cafés entram nas últimas semanas

As inscrições para a realização da 16ª edição do Concurso de Qualidade dos Cafés de Minas Gerais de 2019 continuam abertas e os interessados têm até 9 de setembro para confirmar a participação. Segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/MG) organizadora do certame, são esperados cerca de dois mil concorrentes. Os produtores premiados no ano passado tiveram seus cafés lançados em junho deste ano para o público consumidor, em uma série especial.

A inscrição é gratuita e podem participar do concurso produtores dos municípios mineiros, com amostras de café arábica, tipo 2 para melhor, colhidas neste ano. A lavoura de origem da amostra deve ser georreferenciada. O regulamento completo do concurso pode ser acessado no site www.emater.mg.gov.br. A competição é promovida pelo Governo de Minas Gerais, por meio da Emater-MG e Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (Seapa), em parceria com a Universidade Federal de Lavras (Ufla), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas e a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (Faepe).

O Concurso de Qualidade dos Cafés de Minas Gerais tem duas categorias. A primeira é a Café Natural. Neste sistema, o café recém-colhido é levado para secar. A outra categoria é a do Café Cereja Descascado, Despolpado ou Desmucilado.



Reprodução

Organização espera participação de cerca de dois mil cafeicultores no concurso deste ano

Nestes tipos de café, após a lavagem, há uma separação dos frutos verdes e secos dos frutos maduros. Depois, eles passam por um descascador para só depois seguirem para secagem.

No caso dos cafés despolpados e desmucilados, há ainda uma fase onde o produto passa por um tanque de fermentação. Cada produtor pode participar com apenas uma amostra em cada categoria.

Os cafés concorrentes irão passar por análises físicas e sensoriais feitas por uma comissão julgadora formada por, no mínimo, dez classificadores e degustadores de café. Na primeira etapa de análise, só serão classificados os cafés que obtiverem o mínimo de 84 pontos, de acordo com as normas

da Associação Americana de Cafés Especiais (SCAA). A produção dos cafés participantes também passará por uma avaliação socioambiental. O produto será pontuado em quesitos como a proteção de nascentes da propriedade, preservação de mata ciliar dos cursos d'água, entre outros.

As amostras selecionadas na primeira etapa seguirão para uma nova avaliação. A comissão julgadora fará a classificação das melhores das duas categorias, em cada região cafeeira de Minas Gerais: Cerrado, Sul de Minas, Matas de Minas e Chapada de Minas. No encerramento, serão anunciados os vencedores estaduais das duas categorias, além dos primeiros colocados em cada região produtora. Também será

destacada a cafeicultura que obtiver a melhor pontuação entre os finalistas. Todos receberão diploma. A solenidade de encerramento do concurso, com anúncio dos vencedores, será em dezembro.

VALORIZAÇÃO

No ano passado, sete produtores premiados no Concurso de Qualidade da Emater-MG negociaram seus cafés com a rede supermercados de Belo Horizonte (MG). Os cafés foram vendidos pelos agricultores por valores bem acima da média de mercado. Os premiados foram lançados em junho deste ano para o público consumidor, em uma série especial. As embalagens dos cafés que chegaram às gôndolas têm a foto e história do agricultor, características de sabor e aroma do produto e, ainda, o selo do concurso da EMATER-MG. Os rótulos diferenciados são uma forma de valorizar o agricultor e aproximar o consumidor de quem está produzindo no campo.

Em 2018, a competição contou com 1.893 inscritos. O vencedor estadual foi o produtor Josias Gomes, do município de Espera Feliz (MG), da região das Matas de Minas. De São Sebastião do Paraíso foram registradas cinco inscrições e da região foram oito os cafeicultores participantes. Vários deles inclusive têm chegado a fase final como ocorreu ano passado com a produtora Dagmar Resende Pimenta e Geraldo Alvarenga Resende Filho que chegaram a disputar a última fase da competição.

Prazo para a entrega da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Rural

Começou no dia 12 deste mês o recebimento por parte da Receita Federal da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Rural. A previsão é que sejam entregues 5,7 milhões de declarações. O prazo de entrega vai até 30 de setembro.

A Receita Federal disponibiliza desde o dia 12 de agosto o programa da declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) referente ao exercício 2019.

As normas e os procedimentos para a apresentação da DITR, estão estabelecidas na Instrução Normativa nº 1902 que informa os critérios de obrigatoriedade, a necessidade do uso de computador na elaboração da declaração e as consequências da apresentação fora do prazo estabelecido, entre outras informações.

Está obrigada a apresentar a declaração a pessoa física ou jurídica, exceto a imune ou isenta, proprietária, titular do domínio útil ou possuidora a qualquer título do imóvel rural.

Também está obrigada a pessoa física ou jurídica que, entre 1º de janeiro de 2019 e a data da efetiva apresentação da declaração, perdeu a posse do

imóvel rural ou o direito de propriedade pela transferência ou incorporação do imóvel rural ao patrimônio do expropriante. Em 2018 foram entregues 5.661.803 declarações do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural. A expectativa é que, neste ano, sejam entregues 5,7 milhões de declarações.

A DITR deve ser elaborada com uso de computador, por meio do Programa Gerador da Declaração do ITR que será disponibilizado na segunda-feira (12/8) na página da Receita Federal (rfb.gov.br). Ela pode ser transmitida pela Internet ou entregue em uma mídia removível nas unidades da Receita Federal.

A multa para quem apresentar a DITR depois do prazo é de 1% (um por cento) ao mês ou fração de atraso, lançada de ofício e calculada sobre o total do imposto devido, não podendo seu valor ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais). Se, depois da apresentação da declaração, o contribuinte verificar que cometeu erros ou omitiu informações, deve, antes de iniciado o procedimento de lançamento de ofício, apresentar DITR retificadora, sem a interrupção do pagamento do imposto



Reprodução

apurado na declaração original. A DITR retificadora tem a mesma natureza da originariamente apresentada, substituindo-a integralmente. Por isso, a declaração retificadora deve conter todas as informações anteriormente prestadas com as alterações e exclusões necessárias bem como as informações adicionadas, se for o caso.

O valor do imposto pode ser pago em até 4 (quatro) quotas iguais, mensais e sucessivas, sendo que nenhuma quota pode ter valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais). O imposto de valor inferior a R\$ 100,00 (cem reais)

deve ser pago em quota única. A quota única ou a 1ª (primeira) quota deve ser paga até o dia 30 de setembro de 2019, último dia do prazo para a apresentação da DITR.

O imposto pode ser pago mediante transferência eletrônica de fundos por meio de sistemas eletrônicos das instituições financeiras autorizadas pela Receita Federal a operar com essa modalidade de arrecadação ou por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), em qualquer agência bancária integrante da rede arrecadadora de receitas federais.



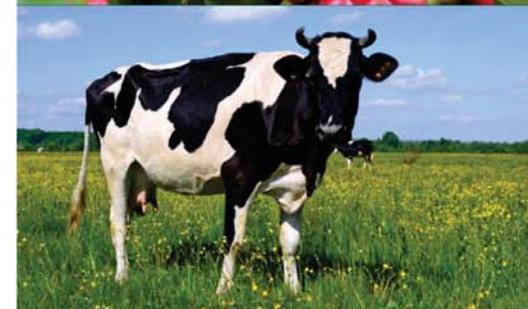
PROGRAMAÇÃO DE TREINAMENTOS:

O CONHECIMENTO NO SEU TEMPO E AO SEU ALCANCE.

CURSOS:

- Trabalhador da mecanização agrícola / Manutenção do TAP - 12 a 16/08/19
- Classificação e Degustação de Café - 19 a 30/08/19
- Trabalhador da mecanização agrícola / Manutenção do TAP - 16 a 20/09/19
- Classificação e Degustação de Café - 16 a 27/09/19
- Trabalhador da mecanização agrícola / Manutenção do TAP - 23 a 27/09/19
- Trabalhador de apoio à agricultura / Defensivo Manual - 07 a 09/10/19
- Trabalhador da mecanização agrícola / Manutenção do TAP - 21 a 25/10/19
- Trabalhador da mecanização agrícola / Manutenção do TAP - 18 a 22/11/19
- Classificação e Degustação de Café - 02 a 13/12/19

AV. OLIVEIRA REZENDE, 1350 - VILA OPERÁRIA - SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG - CONTATO (35) 3539-4415 OU 3539-4424



NOVA AMÉRICA CAFÉ

CONFIANÇA

QUALIDADE

TRADIÇÃO

AMIGO PRODUTOR RURAL

A Nova América Café possui mais de 40 anos no mercado de café, sempre trabalhando e oferecendo o melhor para seu café.

Armazenamos, comercializamos e preparamos seu café. Com nossos armazéns certificados, garantimos a qualidade de nossos serviços com modernos equipamentos e profissionais treinados.

Venha fazer parte de nossa equipe. Venha nos conhecer e tomar um café conosco. Será um prazer atendê-lo.



Comercialização de cafés;

Serviços de preparo;

Armazenagem;

Certificações;



Rua José Mambrini- 605, Vila Helena
 São Sebastião do Paraíso-MG
 Tel: (35) 3531-2275
 novaamericacafe@novaamericacafe.com
 www.novaamericacafe.com

@novaamericacafe

(35) 9 9200-6188

